

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. de 2007 (Dos Srs. Júlio Redecker e Antonio Carlos Pannunzio)

Solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Planejamento, informações referentes ao aumento dos gastos com terceirizados

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Senhor Ministro de Estado do Planejamento sobre o aumento dos gastos na contratação de serviços terceirizados pelo Governo Federal, informando:

- Quantas empresas prestavam serviços terceirizados para o governo federal, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações no ano de 2002?
- Quantas empresas foram contratadas para prestarem serviços terceirizados para o governo federal, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações no período compreendido pelos quatro anos do primeiro mandato do atual Presidente da República?

- Quantas empresas, atualmente, prestam serviços terceirizados para o governo federal, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações?
- Houve prorrogação dos contratos celebrados em 2002? Quantos desses contratos estão vigendo até hoje? Se houve prorrogação dos contratos, porque não foram adotadas medidas que suprissem as necessidades já daquela época?
- Quais as áreas da administração pública em que está o maior número de contratos de serviços terceirizados? Especificar de acordo com a competência de cada Ministério.
- Quais os nomes, endereços e CNPJ's das empresas com contratos superiores a R\$100.000,00 (cem mil reais) mensais.
- Qual o valor de cada contrato de empresa terceirizada com o governo federal, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações?
- Quantos e quais contratos foram celebrados com dispensa e inexigibilidade de licitação? Qual a fundamentação legal de cada contrato (especificar as hipóteses de dispensa e de inexigibilidade)
- Qual o percentual a que correspondem os terceirizados na folha de pagamento do governo federal, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações?
- Qual a quantidade de funcionários que prestam serviços terceirizados ao governo federal, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações?

JUSTIFICAÇÃO

A Folha de São Paulo noticiou, na sua edição de 15 de abril do corrente que o Governo Luiz Inácio Lula da Silva gastou 75% a mais com a terceirização no setor público (matéria em anexo a seguir).

Matéria publicada na Folha de S. Paulo em 15 de abril de 2007

Lula gastou 75% a mais com terceirização no setor público

Despesas nominais com "locação de mão-de-obra" subiram de R\$ 857 mi para R\$ 1,96 bi

Números fornecidos por Ministério do Planejamento contrariam discursos do próprio petista, que dizia estar acabando com prática

FÁBIO ZANINI

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva manteve e ampliou em sua gestão uma prática introduzida por seu antecessor Fernando Henrique Cardoso e que foi duramente criticada pelo próprio petista: a terceirização de mão-de-obra a serviço do governo federal.

Documento do Ministério do Planejamento mostra aumento de 130% nos gastos com "locação de mão-de-obra" de empresas terceirizadas durante o primeiro mandato de Lula. O salto foi de R\$ 857 milhões em 2002, último ano do segundo mandato de Fernando Henrique, para R\$ 1,96 bilhão em 2006. Descontada a inflação, o aumento é de 75%. O número de terceirizados não é informado, apenas o gasto com eles.

Em comparação, a elevação do gasto com funcionários contratados no período foi bem menor, de 15% em termos reais.

Em quatro anos, a máquina aumentou de 804 mil para 989 mil efetivos.

O funcionalismo vem crescendo ininterruptamente no governo Lula. O argumento até aqui do governo é de que o número de funcionários de carreira subiu porque eles estão substituindo terceirizados.

Mas a nota 01/2007 do Planejamento, encaminhada ao deputado federal Miro Teixeira (PDT-RJ) no dia 23 de março, mostra que gastos com concursados e terceirizados sobem simultaneamente no governo.

"A discussão sobre o custo da máquina federal tem muitas palavras e poucos números. Os números mostram a necessidade de uma reforma administrativa no Brasil", afirma Miro.

Baixo nível técnico

O ministério afirma que a substituição de terceirizados por concursados prossegue. Em quatro anos, teria atingido 33.182 vagas no Executivo. Mas o Planejamento admite que não pode prescindir da locação de mão-de-obra para funções de baixo nível técnico, como garçom, porteiro e segurança. A Folha apurou, contudo, que o expediente cobre também funções mais complexas, como secretárias e assessores.

"Locação de mão-de-obra nada mais é que o nome elegante para a conhecida terceirização no governo federal", afirma o professor de direito trabalhista Marcel Cordeiro, da PUC de São Paulo.

Segundo um fornecedor de mão-de-obra para o governo federal, a principal razão para o aumento na demanda é a criação de novos

ministérios e secretarias especiais com status de ministério pelo

governo Lula desde janeiro de 2003.

Segundo a matéria, as despesas nominais com "locação de mão-de-

obra" subiram de R\$ 857 mi para R\$ 1,96 bi, segundo número fornecidos pelo

Ministério do Planejamento e que contrariam os discursos feitos pelo Presidente.

A terceirização de mão-de-obra a serviço do governo federal foi prática

amplamente combatida na época em que foi introduzida pelo antecessor do atual

presidente e agora, um documento do Ministério do Planejamento, ainda segundo

a matéria jornalística, mostrou aumento de 130% nos "gastos com "locação de

mão-de-obra" de empresas terceirizadas durante o primeiro mandato de Lula. O

salto foi de R\$ 857 milhões em 2002, último ano do segundo mandato de

Fernando Henrique, para R\$ 1,96 bilhão em 2006. Descontada a inflação, o

aumento é de 75%. O número de terceirizados não é informado, apenas o gasto

com eles."

Tendo em vista que o número de funcionários efetivos vem crescendo

sem parar no Governo Lula, seria esperada a diminuição nos gastos com

terceirizados, uma vez que as funções atribuídas a tais contratados deveriam estar

sendo cumpridas pelos novos servidores.

De tal forma, tendo sempre em mente o interesse público e os

princípios que devem nortear a administração pública, principalmente o da

economicidade, encaminhamos o presente requerimento de informações.

Sala das Sessões.

Deputado Júlio Redecker

Deputado Antonio Carlos Pannunzio